



DISCIPLINA

FUNDAMENTOS
LINGUÍSTICOS: ESTUDOS
SOCIOLINGUÍSTICOS

Autora: Hosana dos Santos Silva

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

VICE-PRESIDENTE

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Renato Janine Ribeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)

Reitora: **Soraya Shoubi Smaili**

Vice Reitora: **Valeria Petri**

Pró-Reitora de Graduação: **Maria Angélica Pedra Minhoto**

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa: **Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni**

Pró-Reitora de Extensão: **Florianita Coelho Braga Campos**

Secretário de Educação a Distância: **Alberto Cebukin**

COMITÊ GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CONAFOR

Presidente: **Luiz Cláudio Costa**

COORDENAÇÃO GERAL DO COMITÊ GESTOR
INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA
DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - COMFOR

Coordenadora: **Celia Maria Benedicto Giglio**

Vice-Coordenadora: **Romilda Fernández Felisbino**

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

Coordenador: **Sandro Luis da Silva**

Vice-Coordenadora: **Indaiá de Santana Bassani**

COORDENAÇÃO DE EaD

Izabel Patrícia Meister

Paula Carolei

Rita Maria Lino Tárzia

Valéria Sperduti Lima

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO E DESENHO
INSTRUCIONAL

Felipe Vieira Pacheco

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Daniel Lico dos Anjos Afonso

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - SEB

Secretário: **Manuel Palacios da Cunha e Melo**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA,
ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO -
SECADI

Secretário: **Paulo Gabriel Soledade Nacif**

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO - FNDE

Presidente: **Antonio Idilvan de Lima Alencar**

FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SÃO PAULO - FAP-UNIFESP

Diretora Presidente: **Anita Hilda Straus Takahashi**

PRODUÇÃO

Daniel Gongora

Eduardo Eiji Ono

Fábio Gongora Freire

Fabício Sawczan

João Luiz Gaspar

Lucas de Paula Andrioli

Marcelo da Silva Franco

Mayra Bezerra de Sousa Volpato

Sandro Takeshi Munakata da Silva

Tiago Paes de Lira

Valéria Gomes Bastos

Vanessa Itacaramby Pardim

SECRETARIA

Adriana Pereira Vicente

Bruna Franklin Calixto da Silva

Clelma Aparecida Jacyntho Bittar

Livia Magalhães de Brito

Tatiana Nunes Maldonado

SUPORTE TÉCNICO

Enzo Delorence Di Santo

João Alfredo Pacheco de Lima

Rafael Camara Bifulco Ferrer

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

André Alberto do Prado

Marlene Sakumoto Akiyama

Nilton Gomes Furtado

Rodrigo Santin

Rogério Alves Lourenço

Sidnei de Cerqueira

Vicente Medeiros da Silva Costa



EDIÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
RUA SENA MADUREIRA, 1500 - VILA MARIANA - CEP 04021-001 - SP
[HTTP://COMFOR.UNIFESP.BR](http://COMFOR.UNIFESP.BR)

COPYRIGHT 2015

TODOS OS DIREITOS DE REPRODUÇÃO SÃO RESERVADOS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO.
É PERMITIDA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DESTA PUBLICAÇÃO, DESDE QUE CITADA A FONTE

Apresentação

Nessa disciplina, vamos discutir as relações entre língua e sociedade, enfocando a dinâmica das línguas em relações interétnicas, a diversidade linguística brasileira e o uso da linguagem como instrumento de poder.

Para alcançarmos nosso objetivo, torna-se indispensável que você conheça alguns termos, conceitos e teorias da Linguística. Assim, nas duas primeiras aulas, discutiremos alguns aspectos do processo de constituição do campo de estudos da linguagem.

Nas aulas 3 e 4, focalizaremos os estudos das relações entre língua e sociedade no domínio da Sociolinguística e discutiremos alguns aspectos da diversidade linguística no Brasil.

Nas aulas 5 e 6, enfocaremos a temática do preconceito linguístico e suas consequências para o ensino formal de língua materna.

Bons estudos!

Sobre a autora

Hosana dos Santos Silva é doutora (2012) em Letras pelo programa de Filologia e Língua Portuguesa / Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo (USP); mestre (2007), licenciada (2004) e graduada em Letras (2002), com habilitação em Linguística e Língua Portuguesa, pela mesma Universidade. Atua principalmente nas áreas de Teoria Linguística, Sociolinguística e História Social da Linguagem, com ênfase nos seguintes temas: teorias e descrições sintáticas, aquisição da escrita, interação, variação e mudança linguísticas e história do português brasileiro. É professora adjunta no curso de Letras (área de Linguística) da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atualmente, desenvolve projeto de pesquisa em História Social da Linguagem.



AULA 1

O campo de estudos da linguagem

O que é linguagem?

O título dessa seção é certamente provocativo, pois não existe resposta simples para a pergunta “o que é linguagem”? Para John Lyons (1987), em sua obra **Linguagem e linguística: uma introdução**, esse questionamento equivale a um outro – “o que é a vida?”, “cujas pressuposições circunscrevem e unificam as ciências biológicas” (p. 15).

Por isso mesmo essa pergunta tem recebido múltiplas respostas, conforme os conhecimentos, crenças e ideologias dos estudiosos em cada época (cf. KRISTEVA, 1988). De modo geral, é bastante comum o emprego do termo linguagem para referir os diversos processos comunicativos. É nessa direção que Sapir (1929, p. 8) define a linguagem como “um método puramente humano e não instintivo de se comunicarem ideias, emoções, desejos por meio de símbolos puramente produzidos”. Essa definição, tal como apresentada, compreende os conceitos de linguagem escrita, linguagem corporal, linguagem da dança etc.

Mas não são todos os estudiosos que observam a linguagem como instituição puramente humana. Numa proposta mais abrangente, o termo se aplica a qualquer processo de comunicação; assim, é possível conceber conceitos como “linguagem das abelhas”, “linguagem dos golfinhos” etc.

Note-se que essa concepção de linguagem, que enfoca a comunicação e a interação, implica, em todo o caso, a ideia de que as línguas naturais – como, por exemplo, o português, o inglês ou o birmanês – constituem formas de linguagens.

No decurso da história, muitos outros conceitos foram associados a esse termo. Podemos notar, por exemplo, que Schleicher, no século XIX, observou a linguagem como um organismo vivo; Humboldt a definiu como atividade humana. Sob outro enfoque, a linguagem pode ser concebida como resultado de uma atividade psíquica.

Uma definição predominante na atualidade é a de linguagem como capacidade propriamente humana de falar e compreender uma língua. Nessa concepção, conforme proposta no interior da teoria gerativa, a linguagem é uma característica mental, inata à espécie humana. O que se enfoca, nesse caso, não é sua função comunicativa ou interativa, mas seus aspectos estruturais. Com efeito, para Chomsky (1980, p. 9), iniciador do modelo gerativo, importa descobrir, por meio dos estudos da linguagem, “os princípios abstratos que governam sua estrutura e uso, princípios universais por necessidade biológica e não por simples acidente histórico, e que decorrem de características mentais da espécie humana”.



Podemos admitir várias outras definições para o termo *linguagem*; todavia, mais que estender a lista de conceitos, importa compreender que não existem, nesse caso, concepções certas e erradas, mas tão somente divergências de pontos de vista, de abordagens, de escopos teóricos que, em conjunto, constroem a história da Linguística.

Os estudos da linguagem

Sabemos que os estudos sobre a linguagem são remotos e envolvem reflexões de campos distintos: linguística, antropologia, sociologia, história etc. Todavia, não se pode dizer, ao certo, quando a linguagem se converteu em objeto de investigação e análise.

Efetivamente, conforme observa Mattoso Câmara (1975, p. 16), é pelo desenvolvimento da sociedade que se criam condições favoráveis à manifestação dos *estudos da linguagem*. Das múltiplas motivações para a definição desse campo de estudos, a invenção da escrita, pelo impacto dos fatores sócio-culturais e estruturais que lhes são inerentes, certamente constitui um fato especialmente relevante (CÂMARA JR., 1975).

Os primeiros estudos sobre a linguagem provavelmente nasceram com as demarcações entre as diferentes classes sociais. Conforme propõe Mattoso, numa sociedade desigual, os grupos socialmente privilegiados impõem seus usos linguísticos aos demais. Surgem, nesse contexto, os “estudos do certo e do errado”, ou seja, estudos normativo-descritivos que visam à conservação da linguagem supostamente “correta” das classes superiores. De outra parte, os contatos culturais e linguísticos estimularam as comparações sistemáticas entre línguas distintas. Ademais, numa perspectiva ampla, os processos naturais de mudança linguística fomentaram, desde a antiguidade, os estudos filológicos da linguagem (CÂMARA JR., 1975).

Na antiguidade grega, o desenvolvimento do pensamento filosófico propiciou, ainda, o surgimento dos “estudos lógicos da linguagem”. Já no período evolucionista, os avanços científicos facilitaram o assentamento dos estudos biológicos da linguagem (CÂMARA JR., 1975).

Maior impacção decorre, por fim, da compreensão da linguagem como manifestação cultural e de sua observação como objeto de estudo histórico. Nessa direção, manifestam-se os estudos descritivos, que visam explicar a origem e desenvolvimento sócio-histórico da linguagem e/ou sua real função na sociedade.

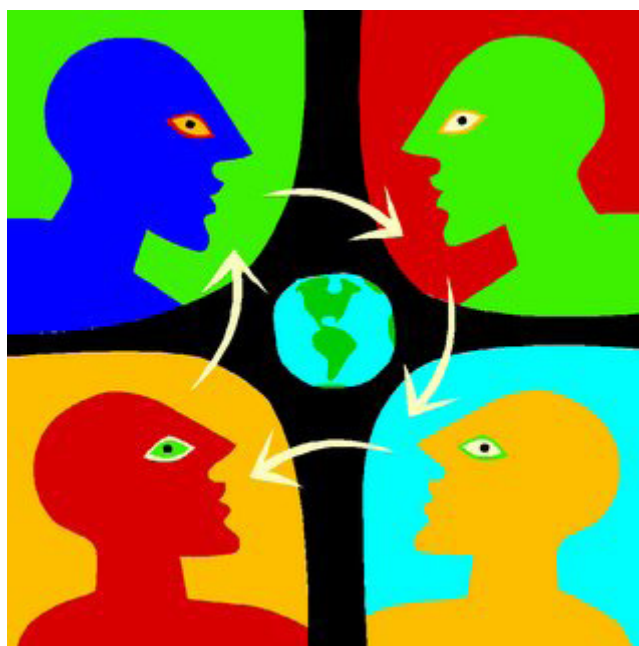


Figura – Linguagem.

Fonte: Itabuna Centenaria, 2015¹.

Devemos notar que – na análise de Mattoso Câmara Jr. – somente os estudos históricos e descritivos da linguagem constituem a essência da ciência linguística, porque desenvolvem um método científico para focalização do objeto de estudo e, ainda, se voltam à explanação de seu funcionamento no contexto social e/ou à explicação de sua origem ou desenvolvimento através do tempo (op. cit., 1975, p. 19- 20).

Observa-se que o ponto de vista de Mattoso, conforme propõe Cristina Altman (2009), é parcial e fortemente restritivo, já que deixa fora da linguística os traços de sua própria história, cooperando, assim, para a implantação, no Brasil, de uma disciplina descontínua, filiada unicamente a uma tradição europeia.

De fato, Mattoso Câmara Jr., tal como vários outros linguistas que o seguiram, situa a linguística (propriamente dita) na Europa do século XIX, introduzida especialmente pelos estudos histórico-comparativos dos neogramáticos e pelas iniciativas de Saussure, conforme veremos na próxima aula. Todavia, retomando as palavras de Robins (2004, p. 4): “a linguística europeia não teria alcançado a posição em que hoje está se não houvesse se enriquecido com as

1 Disponível em: <http://cemanosdeitabuna.ning.com/profiles/blog/list?tag=O+mundo+da+linguagem>

ideias dos trabalhos desenvolvidos fora da Europa [...]”.

Vale ressaltar a importância do desenvolvimento do campo de estudos linguísticos para a sociedade em geral. Entre muitos outros aspectos, o estudo sistemático das línguas facilitou a compreensão de que não existem línguas estruturalmente primitivas ou simplificadas – noção comum entre os pensadores dos séculos XIX e XX. Retomando as palavras de Sírio Possenti (1996, p.26), pelo conhecimento científico, “hoje sabemos que todas as línguas são estruturas de igual complexidade. Isto significa que não há línguas simples e línguas complexas, primitivas e desenvolvidas. O que há são línguas diferentes”. Na prática, esse conhecimento contribuiu para o combate às hierarquizações linguísticas e às ações discriminatórias ainda presentes em nossa sociedade.

Texto complementar

Para introduzir as discussões sobre a constituição da Linguística moderna, tema de nossa próxima aula, apresentamos um trecho do texto “O que é Linguística”, de Eni Orlandi:

Um interesse antigo e uma ciência moderna

(ORLANDI, 2009 [1986], p. 8-9)

A sedução que a linguagem exerce sobre o homem existe desde sempre.

A gente pode observar esse fascínio de inúmeras maneiras: por meio da literatura, da poesia, da religião, da filosofia etc. Não faltam lendas, mitos, cantos, rituais, histórias e até polêmicas muito antigas que revelam a curiosidade do homem pela linguagem.

Na Grécia antiga, os pensadores estendiam-se em longas discussões para saber se as palavras imitam as coisas ou se os nomes são dados por pura convenção. Ou então mantinham calorosos debates sobre a própria organização da linguagem: ela se organiza, perguntavam eles, de acordo com a ordem existente no mundo, seguindo princípios que têm como referência as semelhanças ou as diferenças?

Também os antigos hindus são conhecidos pela sua agudeza no tratamento da linguagem verbal. Com a redescoberta do sânscrito (língua sagrada da Índia antiga), no século XIX, apareceram os sofisticados estudos de linguagem que os hindus tinham feito em épocas muito remotas. Os motivos pelos quais eles se interessavam pela linguagem eram religiosos - estabelecer pela palavra uma relação íntima com Deus - mas nem por isso seus estudos eram menos rigorosos.

Na Idade Média, a reflexão sobre a linguagem teve nos Modistae uma de suas manifestações relevantes. Eles procuraram construir uma teoria geral da linguagem, partindo da autonomia da gramática em relação à lógica. Consideram, então, três tipos de modalidades (modus) manifestados pela linguagem natural: o modus essendi (de ser), o intelligendi (de pensamento)

e o significandi (de significar).

Há um número enorme de fatos que mostram essa atenção que os homens de diferentes épocas sempre dedicaram à linguagem. Mas é só com a criação da linguística que essas manifestações da curiosidade do homem tomam a forma de uma ciência, com seu objeto e método próprios [...].

PARA REFLETIR

Qual a relevância sócio-histórica dos “estudos do certo e errado”? Na atualidade, é importante conservar os estudos normativo-descritivos da linguagem?

Referências

ALTMAN, Cristina. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. **Revista Argentina de historiografia linguística**, I, 2, 115-136, 2009

CALVET, Louis-Jean. **Saussure: pró e contra para uma linguística social**. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

CHOMSKY, N. **Reflexões sobre a linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1980.

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. **Princípios de Linguística Geral como Fundamento para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1941.

_____. **História da Linguística**. Petrópolis: Vozes, 1975 [1962].

KRISTEVA, Julia. **El lenguaje, ese desconocido**. Introducción a la linguística. Madrid: Editorial Fundamentos, 1998.

LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

ORLANDI, Eni P. **O que é linguística?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2009 [1986].

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: ALB (Associação de Leitura do Brasil) / Mercado de Letras, 1996.

ROBINS, Robert H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Editora do livro técnico, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006

[1916]

AULA 2

Reflexões sobre a linguística moderna

O campo de estudos linguísticos

Na última aula nos ocupamos da questão “*o que é linguagem?*” - indagação de base dos estudos linguísticos (LYONS, 1987, p. 43). Nesse sentido, observamos que o interesse pela linguagem é provavelmente tão antigo quanto as relações humanas; todavia, seu estudo sistemático é bastante recente.

Nessa aula, apresentaremos alguns conceitos e pressupostos da Linguística com o fim de firmar as bases teóricas das discussões propostas em nosso curso. É importante observar, ainda, que alguns desses conceitos são retomados na formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Levando em conta as diferentes culturas, várias são as motivações para o desenvolvimento do campo de estudos linguísticos. Mesmo por isso, diversos estudiosos enfatizam a impertinência de uma história da linguística estabelecida em ordem cronológica. Na Índia Antiga, por exemplo, prevaleceu a preocupação com a compreensão correta dos textos religiosos dos “Vedas”, enquanto na Grécia, o estudo da linguagem se vincula às discussões filosóficas, apresentando-se como uma via possível para acessar o conhecimento da realidade. Já no período helenístico, em Alexandria, o enfoque recaiu na análise dos diversos estágios da língua e nos traços distintivos do dialeto grego, com o fim de explicar os textos literários (CÂMARA JR., 1975, p. 26-27).

É somente no século XVIII que os estudos da linguagem adquirem mais especificidade, pelo desenvolvimento da linguística histórico-comparativa:



“

Se a tradição anterior sempre havia tratado a linguagem em projetos que a relacionavam com outros interesses (em especial, à lógica, à retórica, à poética e ao bom uso), é com a linguística comparativa e histórica que, pela primeira vez, se tratará da linguagem em si mesma e por si mesma (FARACO, 2011, p. 29).

”

No século XIX, tornaram-se mais precisos os métodos de análise dos estudos linguísticos. Asenta-se, definitivamente, o método comparativo, que consiste na análise e comparação entre diferentes línguas, com o fim de verificar suas (co) relações histórico-genéticas. Essas investigações permitiram a apreensão de características comuns a diversas línguas e/ ou famílias linguísticas.

No final do século XIX, um outro grupo de linguistas – conhecidos como neogramáticos – acrescentam outra novidade aos estudos da linguagem: eles criticam o descritivismo da linguística histórico-comparativa e se propõem a apreender, a partir de um conjunto de postulados teóricos, os princípios da mudança linguística (WEEDWOOD, 2002; FARACO, 2011; entre outros). Nesse momento se lançam as bases da linguística moderna.

Saussure e o Curso de Linguística Geral

É comum a referência ao suíço Ferdinand Saussure como precursor da linguística moderna; sua obra póstuma – o Curso de Linguística Geral (CLG) – se apresenta como referência obrigatória para as teorias linguísticas.



Figura – Capa do Livro, 28ª edição, 2012 - 2ª reimpressão, 2014.

Fonte: Saussure, 2014.

Resultado, especialmente, das anotações de aula reunidas por seus discípulos Charles Baily e A. Sechehaye, o CLG, publicado em 1916, formalizou e explicitou o objeto de estudo da Linguística – a língua – e confinou a Linguística no domínio da Semiologia. Além disso, Saussure propôs uma distinção entre a linguística diacrônica (ou histórica), que enfoca a evolução do sistema linguístico, e a linguística sincrônica, que observa sua organização e seu funcionamento.

Enfocando a linguística sincrônica, Saussure faz distinção entre linguagem, *langue* (língua) e *parole* (fala). Seu objeto, conforme dissemos, é a *langue*, observada como “um sistema de signos” compartilhado pelos indivíduos de uma mesma comunidade. Dito de outro modo, trata-se de um conjunto de unidades fonológicas, lexicais, sintáticas que, inter-relacionadas, compõem um sistema. O valor de cada elemento não é absoluto, mas definido no interior desse sistema. Desse modo, a língua funciona a partir de um jogo de associações e correspondências entre os diversos elementos que compõem a estrutura.

Nessa proposta teórica, a linguagem - multiforme e heteróclita – atende a necessidade de comunicação dos indivíduos. Seu domínio é individual e social, e não se pode conceber um sem o outro (SAUSSURE, 2006, p. 22). A língua, caracterizada por sua natureza homogênea e social, se distingue da fala – observada como um ato individual, próprio da vontade e inteligência do falante. A fala se apresenta, portanto, como contraparte concreta desse objeto abstrato que é a língua.

Ao separar língua e fala, Saussure propõe uma linguística estruturalista, que rejeita as discussões atinentes às relações entre língua e sociedade. Pelas palavras de Calvet (1975, p. 51) :

“

o projeto saussureano, “associado à problemática estrutural, é singularmente limitativo, ocultando simplesmente o importante fato de que uma língua é falada por pessoas, no seio de uma sociedade que é atravessada por conflitos sociais, tensões, lutas, que é herdeira de uma história e cheia de reviravoltas... Tudo isso, que ninguém ignora e não ousaria hoje negar, é radicalmente rejeitado pelo estruturalismo [...]

”





Figura – Jogo de palavras (linguagem).

Fonte: JEL, 2015².

É importante enfatizar que no campo de estudos linguísticos o enfoque não recai na normatização, isto é, a Linguística não procura privilegiar ou prescrever um determinado uso linguístico, em detrimento dos demais, pois, conforme dissemos anteriormente, todas as línguas são igualmente desenvolvidas.

No que diz respeito à situação linguística brasileira, já está bem comprovado que a precocização da língua portuguesa, em prejuízo das línguas indígenas e africanas, não se explica por fatores propriamente linguísticos, mas pela estrutura das relações sociais, que autoriza a dominação de um grupo sobre o outro e legitima as hierarquizações linguísticas.

PARA REFLETIR

De acordo com os PCN's, “A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade” (BRASIL, 1997). Como o conhecimento linguístico pode contribuir para o alcance desse objetivo?

SAIBA MAIS

Para saber mais, leia O que é linguística?, De Eni Orlandi (2009 [1986]).

² Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/linguistica/jel/2010/>

Referências

- ALTMAN, Cristina. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da lingüística no Brasil. **Revista argentina de historiografía lingüística**, I, 2, 115-136, 2009
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CALVET, Louis-Jean. **Saussure: pró e contra para uma linguística social**. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.
- CÂMARA JR., Joaquim Matoso. 1941. **Princípios de Lingüística Geral como Fundamento para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Briguiet.
- _____. **História da Lingüística**. Petrópolis: Vozes, 1975 [1962].
- FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005
- _____. Estudos pré-saussurianos. In. MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. Volume 3. São Paulo: Cortez, 2011.
- LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- ORLANDI, Eni P. **O que é linguística?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2009 [1986].
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916]
- WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da lingüística**. [trad.] Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

AULA 3

As relações entre língua e sociedade - I

Língua e sociedade

Provavelmente você já refletiu sobre a função comunicativa da linguagem, sobre os processos de variação e mudança linguísticas e, ainda, sobre as relações de poder que se estabelecem pelo discurso. Nesse caso, você certamente percebeu que língua e sociedade são realidades complexas mutuamente relacionadas.

O caráter social da língua é facilmente verificável. Basta observar, por exemplo, que uma criança só desenvolve a linguagem pelo contato com outros seres humanos. Além disso, os usos linguísticos dos diferentes sujeitos variam conforme a região, a situação comunicativa, o grupo social a que pertencem, as identidades dos falantes etc.

No Brasil, por exemplo, a maioria dos sujeitos fala a língua portuguesa, no entanto, essa língua é muito distinta daquela falada em Portugal. Veja os exemplos a seguir, extraídos de dois sites portugueses:

Preto & Cinza³

Este casaco foi o meu investimento nos saldos. Andava a “namorá-lo” há meses, mas o preço impedia-me de ultrapassar a relação platónica...

Super quentinho, tem sido companhia assídua nos looks diários e tem a vantagem de poder ser apertado junto ao pescoço, impedindo o frio de entrar [...].

3 Disponível em: mini-saia.blogs.sapo.pt. Acesso em 14/01/2015.

Crianças de Albergaria-a-Velha vão mexer-se mais e comer melhor⁴

Depois de constatar que uma parte significativa das crianças que frequentam os estabelecimentos do ensino do primeiro ciclo do concelho de Albergaria-a-Velha já apresenta excesso de peso ou obesidade, a câmara municipal decidiu arregaçar as mangas e tentar interverter os números. Com a ajuda dos agrupamentos de escolas de Albergaria-a-Velha e Branca, das associações locais e das unidades de saúde do município, a autarquia irá pôr os mais novos a praticar mais desporto e a comer melhor. Na certeza de que também os pais irão ser chamados a assumir um papel activo [...].

Nos textos acima, grifamos algumas construções comuns no português europeu, mas ausentes no português do Brasil. De fato, raramente ouvimos algum brasileiro dizer “andava a namorá-lo” em lugar de “estava namorando” ou “irá pôr os mais novos a praticar mais desporto” em lugar de “vai por as crianças pra praticar mais esporte”.

O distanciamento entre o português brasileiro e o europeu está diretamente relacionado às distintas práticas e experiências de cada povo. Conforme vimos nas aulas anteriores, as mudanças demográficas, sócio-culturais, políticas, econômicas alteram o curso das línguas. Na configuração do português do Brasil, por exemplo, o contato linguístico constitui um fator especialmente relevante.

Ademais, bem sabemos que as línguas não são homogêneas. Os usos linguísticos de cariocas, por exemplo, são distintos dos usos linguísticos de baianos e de mineiros; a variedade usada por paulistas do interior difere da variedade usada por paulistas da capital.

Numa mesma comunidade, podemos verificar, ainda, variações condicionadas pela idade, grupo social a que pertence o falante, identidade de gênero etc. Retomando as palavras de Goffman:

“

É quase impossível citar uma variável social que ao surgir não produza um efeito sistemático sobre o comportamento linguístico: idade, sexo, classe, casta, país de origem, geração, região, escolaridade; pressuposições cognitivo-culturais; bilinguismo, e assim por diante. A cada ano, novos determinantes sociais do comportamento linguístico são apresentados (GOFFMAN, 2002, p. 13-14).

”

Aliás, a fala de um mesmo sujeito pode variar, dependendo das situações sociais, isto é, conforme o ambiente, o assunto, a posição social do interlocutor etc.

Algumas variações lexicais, registradas em capitais brasileiras, para o conceito “**pessoa que não gosta de gastar seu dinheiro e, às vezes, até passa dificuldade para não gastar**” (com base nos dados de Aragão, 2012).

⁴ Disponível em: <http://www.publico.pt/local/noticia/criancas-de-albergariaavelha-vaomexerme-mais-e-comer-melhor-1684772>. Acesso em 14/01/2015



A despeito disso, muitas vezes a língua tem sido estudada livre das condições sociais práticas de sua produção. Já observamos que o estruturalismo saussuriano separou língua e fala. Nessa proposta, a língua é apresentada como um sistema de formas linguísticas “do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua realidade sincrônica” (SAUSSURE, 2006, p. 102). Esse sistema linguístico, tomado como homogêneo e estático, passa a ser estudado por si mesmo, independentemente das relações sociais.

Mas um outro enfoque no objeto da linguística, especialmente a partir da segunda metade do século XX, considera os diversos aspectos relativos às inter-relações humanas que atuam na estruturação das línguas.

A necessidade, sempre premente, de entender a variação e a mudança linguísticas e, ainda, de compreender as condições sociais de produção e reprodução linguísticas move boa parte dos estudiosos não adeptos do programa estruturalista.

Na modernidade, os principais estudos produzidos a partir dessa perspectiva se constroem pelos pressupostos da Sociolinguística – disciplina recente, estabelecida na década de 1960 – que observa a língua como um sistema heterogêneo e toma a variação e a mudança linguísticas como objeto de reflexão e análise.

Texto complementar

Leia um trecho da obra *Sociolinguística: uma introdução crítica*, de Louis-Jean Calvet (2002); um dos primeiros manuais de sociolinguística publicados no Brasil.

Introdução

(CALVET, 2002, p. 11-12)

A linguística moderna nasceu da vontade de Ferdinand de Saussure de elaborar um modelo abstrato, a língua, a partir dos atos da fala [...]. E, não obstante certas passagens nas quais se encontra a afirmação de que a língua “é a parte social da linguagem”, ou que a “língua é uma instituição social”, este livro insiste sobretudo no fato de que “a língua é um sistema que conhece apenas sua ordem própria” ou que, como afirma a última frase do texto, “a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma”.

Saussurraçava assim uma nítida separação entre o que lhe parecia pertinente, “a língua em si mesma”, e o resto, e nesse ponto foi seguido por pesquisadores tão distintos quanto Bloomfield, Hjelmslev ou Chomsky. Todos, elaborando teorias e sistemas de descrições diversificados, concordavam em delimitar o campo de sua ciência de modo restritivo, eliminando de suas preocupações tudo o que não fosse a estrutura abstrata que eles definiam como objeto de seu estudo.

Ora, as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes. O estruturalismo na linguística foi construído, portanto, sobre a recusa em levar em consideração o que existe de social na língua, e se as teorias e se as descrições derivadas desses princípios são evidentemente uma contribuição importante ao estudo geral das línguas, a sociolinguística [...] teve de tomar o sentido inverso dessas posições. O conflito entre essas duas abordagens da língua começa muito cedo, imediatamente depois da publicação do Curso de Linguística Geral, e nós veremos que, até bem recentemente, as duas correntes vão se desenvolver de modo independente [...]. Será preciso na prática esperar por William Labov para encontrar a afirmação de que, se a língua é um fato social, a linguística então só pode ser uma ciência social, isto significa dizer que a sociolinguística é a linguística. [...]

PARA REFLETIR

Podemos dizer que, em qualquer situação, os fatores sociais interferem nas escolhas linguísticas dos diferentes sujeitos?

Referências

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. A distribuição diatópica e diastrática das variantes de “sovina” em capitais brasileiras – ALIB. In: ALTINO, Fabiane Cristina (org.). **Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera**. Londrina: Midiograf, 2012.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. MARCIONILO, Marcos. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BRIGHT, William. Dialeto social e história da linguagem. In FONSECA, Maria Stella Vieira da; NEVES, Moema Facure (Orgs.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974

GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (org). **Sociolinguística Interacional**. 2 ed. Edições Loyola, São Paulo: 2002.

LABOV, William. Sociolinguística: uma entrevista com William Labov. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL**. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007. Tradução de Gabriel de Ávila, Othero. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916]

AULA 4

As relações entre língua e sociedade - II

Os estudos sociolinguísticos

Nesta aula vamos discutir os principais pressupostos da sociolinguística, campo de estudos interdisciplinar que se ocupa das correlações sistemáticas entre a língua e os diversos fatores sociais, culturais e históricos.

Essas discussões são especialmente importantes porque os estudos produzidos nesse campo, por seu alcance teórico e metodológico, nos fornecem arcabouço para a análise e mesmo para o combate das práticas sociais que fazem da linguagem um instrumento de poder e dominação.

Conforme observa Vandresen (1964, p.10-11), o florescimento da sociolinguística teve evidente motivação social. Entre outros fatores, destacam-se: a preocupação com a integração de minorias étnicas e linguísticas, particularmente em países de ampla imigração estrangeira; a necessidade de planejamento linguístico para definição e legitimação de línguas nacionais em jovens nações na África e Ásia; a possibilidade de desenvolvimento do campo educacional, especialmente pelo combate às ações discriminatórias e ao normativismo.

Dimensões da sociolinguística

As relações entre língua e sociedade vêm sendo estudadas há bastante tempo. Com efeito, Meillet (1866-1936), já no início do século XX, define a língua como um fato social. Nesse sentido, observa que “ao separar a variação linguística das condições externas de que ela depende, Saussure a priva de realidade; ele a reduz a uma abstração que é necessariamente inexplicável” (MEILLET, 1905-1906, apud CALVET, 2002).

Vemos com isso que a linguística moderna, desde seu nascimento, abriga um discurso fortemente estruturalista, isto é, voltado à forma da língua, e um discurso que insiste em suas funções sociais (CALVET, 2002, p. 17).

Mas o assentamento da sociolinguística, enquanto campo de pesquisa distinto, ocorre somente em meados do século XX. Entre as décadas de 1960 e 1970, linguistas como Willian Bright, Dell Hymes, John Fisher, Willian Labov, Charles Fegurson, entre outros, publicam os primeiros trabalhos nesse campo específico. Nesse contexto, a conferência de sociolinguística realizada na Universidade da Califórnia/ Los Angeles, em 1964, constitui um marco importante no desenvolvimento dessa área de estudos.

É importante notar que a “sociolinguística” abriga uma grande quantidade de linhas de pesquisa, parcialmente interseccionadas pelo objetivo comum de analisar as relações entre língua e sociedade (BRIGHT, 1964).

Embora outras disciplinas, como a etnolinguística e a sociologia da linguagem, partilhem o interesse pela língua em seu contexto social, a sociolinguística tem objeto próprio. Em uma das primeiras tentativas de definição do campo, Willian Bright (1964, p. 17) propõe que a tarefa da sociolinguística é “demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social” e, ainda, “demonstrar uma relação causal em uma ou outra direção”. O que se busca, portanto, é o funcionamento e a estrutura das línguas a partir do enfoque social a ela subjacente. Isso fica bastante visível nos estudos pioneiros de Labov (1966; 1972), que tomam como objeto de reflexão e análise a própria estrutura e a evolução da linguagem no contexto social.

Vale ressaltar que o postulado essencial, nesse campo, é o de que a variação e a mudança são características inerentes às línguas naturais. Nessa direção, descarta-se a perspectiva estruturalista que concebe a língua como sistema homogêneo e estático.

Níveis de variação

É possível encontrar variações em todos os níveis da estrutura linguística, isto é, no nível fonológico, morfológico, lexical, sintático etc. Essas variações são condicionadas por fatores propriamente linguísticos e também sociais, relacionados à origem geográfica, idade, gênero, classe social, situação interacional etc. Quanto às variáveis sociais, os linguistas tradicionalmente propõem as seguintes classificações:

<p>Varição geográfica (ou diatópica)</p>	<p>reflete socialmente as características regionais da fala, identificando o falante com uma determinada localidade. Entram em jogo, nesse caso, as diferenciações entre o rural e o urbano.</p> <p>Exemplos: <lanche ~ merenda>; <calçada ~ passeio>; <lei[te] ~ lei[tʃi]>; <ca[ɹ]ne ~ car[r]ne></p>
<p>Varição social (ou diastrática)</p>	<p>compreende as diferenças linguísticas relacionadas ao lugar ocupado pelo falante na estrutura das relações sociais – escolaridade, classe social, gênero etc.</p> <p>Exemplos: <zóio ~ olhos>; <drento ~ dentro>; <nó[i]s vai ~ nós vamos>; <a gente somos ~ a gente é></p>
<p>Varição estilística (ou diafásica)</p>	<p>compreende as diferenças linguísticas associadas às circunstâncias de comunicação – tipo de texto, assunto da mensagem, lugar da interação etc.</p> <p>Exemplos: <há dois meninos ~ tem dois meninos>; <a gente vai ~ nós vamos>;</p>

O mais importante a se observar é que a variação é constitutiva das línguas naturais. Ademais, conforme propõe Labov (2008, entre outros estudos), a variação não é caótica ou desordenada, mas condicionada por fatores intralinguísticos e sociais. Sob a perspectiva sociolinguística, “todas as variedades, do ponto de vista estrutural linguístico, são perfeitas e completas entre si. O que as diferencia são os valores sociais que seus membros têm na sociedade” (CAGLIARI, 1999).

O quadro a seguir, adaptado de Pretti (1982, p. 38), sistematiza algumas discussões propostas nessa aula:



Variação

“Numa comunidade linguística, possibilidade de representação de determinados elementos linguísticos (fonéticos, morfológicos, sintáticos etc.) por diferentes modos de expressão. A sociolinguística se caracteriza pelo reconhecimento da variação linguística como constitutiva das línguas humanas e por assumir essa heterogeneidade natural como objeto de estudo” (CALVET, 2002, p. 156).

Variante

“Diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de variável linguística” (TARALLO, 1987, p. 8)

Comunidade linguística

Grupo de pessoas que partilham um conjunto de regras e valores semelhantes em relação à linguagem. Não diz respeito à concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas se define pela participação num conjunto de normas compartilhadas (LABOV, (2008 [1972], p.150)

Texto complementar

A seguir, apresentamos um trecho do texto “Dialeto Social e História da Linguagem” (Social Dialect and Language History), de William Bright. Esse artigo, publicado inicialmente em 1960, expõe as discussões iniciais sobre as relações entre língua e sociedade, no âmbito da chamada linguística moderna.

Dialeto social e história da linguagem

(BRIGHT, 1974 [1960], p. 41)

Em cada comunidade linguística, encontram-se normalmente variações em todos os níveis de estrutura linguística: fonológico, gramatical, lexical. Algumas dessas variações estão correlacionadas à localização geográfica: há diferenças sistemáticas, por exemplo, entre o inglês de Londres e o de Nova Iorque. Este tipo de variação linguística tem sido estudado em detalhe pelos dialetologistas. Outros tipos de variações linguísticas têm, no entanto, recebido menor atenção. Pode-se afirmar que algumas dessas variações dependem da identidade da pessoa a quem se fala ou da pessoa de quem se fala; os casos clássicos são aqueles do Nootka, onde se usam formas linguísticas diferentes quando se fala às crianças ou sobre elas, o mesmo acontecendo quanto a pessoas gordas, anãs, corcundas, etc. (SAPIR, 1915). Outras variações estão correlacionadas à identidade do falante. Entre elas incluem-se, por exemplo, os casos de diferenças entre a fala do homem e da mulher, verificadas no Koasati (HAAS, 1944). Mais tipicamente, a variação linguística está correlacionada ao status do falante; pode-se chamar a isto uma variedade de variação sociolinguística. Um caso que recentemente tem recebido considerável atenção é o que se refere à fala da classe alta [“u” (upper-class) e da classe média [“non-u” (middle-class)] na Inglaterra; sabe-se que atualmente a diferença na fala se tornou virtualmente a única marca exterior distin-

tiva dessas duas classes naquele país (ROSS, 1954, pp. 20-23). Consequentemente, esse tipo de variação fornece um índice potencial para o diagnóstico do status social, embora os sociólogos até agora tenham explorado muito pouco este potencial.

Deve-se notar que alguns casos de variações linguísticas estão relacionados simultaneamente à identidade do ouvinte e à do falante. Assim, a “fala feminina” em Yana era usada não somente pelas mulheres, mas ainda por homens ao falar a mulheres; a “fala masculina” era usada somente por homens se dirigindo a homens (SAPIR, 1929). Na área sociolinguística frequentemente reflete a relação entre o status do falante e o status do ouvinte, em vez de se adotar o status de cada um; um exemplo é o vietnamita (EMENEAU, 1950, pp. 206-209).

Outros casos, ainda, de variação linguística não estão correlacionados primordialmente à identidade das pessoas, mas a outros fatores existentes no contexto social e cultural [...]. Um tipo de variação comumente encontrado na maioria das sociedades está correlacionado à diferença entre situações formais e informais; a “formalidade” e a “informalidade” definidas naturalmente em termos de cada sociedade específica [...].

PARA REFLETIR

Que fatos comprovam o pressuposto sociolinguístico de que nenhuma variedade linguística é inerentemente superior ou inferior a qualquer outra?

Referências

BRIGHT, William. Dialeto social e história da linguagem. In FONSECA, Maria Stella Vieira da; NEVES, Moema Facure (Orgs.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1999.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. MARCIONILO, Marcos. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (org). **Sociolinguística Interacional**. 2 ed. Edições Loyola, São Paulo: 2002.

LABOV, William. **The Social Stratification of English in New York City**: Center for Applied Linguistics, 1966.

_____. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania, Press, 1972.

_____. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

PRETTI, Dino. **Sociolinguística – os níveis da fala**. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916]

VANDRESEN, Paulino. Introdução. In FONSECA, Maria Stella Vieira da; NEVES, Moema Facure (Orgs.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974

AULA 5

A diversidade linguística no Brasil

Variação linguística no português brasileiro

A variação é um processo inerente às línguas naturais. Conforme observa Labov (2008 [1968]), extraordinário seria um sistema linguístico homogêneo e unitário.

Há uma extensa bibliografia sociolinguística sobre a diversidade do português brasileiro, a qual evidencia formas em variação em todos os níveis de sua estrutura:

Fonético-fonológico

Exemplos: <olho ~ oio>; <blusa ~ brusa>

Sintático

Exemplos: <nós vamos ~ nós vai>; <eu o vi ~ eu vi ele>

Morfológico

Exemplos: <calorzão ~ calorão>; <molequinho ~ molecote>

Lexical

Exemplos: <abóbora ~ jerimum>; <cofre ~ mealheiro>

Conforme observamos na aula anterior, essas diferenças estão associadas a um conjunto de variáveis diatópicas, diastráticas e diafásicas, isto é, podemos analisar os usos linguísticos segundo a origem geográfica do falante (ex.: < piá ~ menino >); idade (ex. < patota ~ galera >); profissão (ex. < elemento ~ pessoa >)⁵, entre outros.

Embora nem todas as diferenças constituam alvo de reflexão dos falantes, de modo geral, os usuários de uma língua, especialmente os nativos, mostram algum controle das variações extralinguísticas. Nesse sentido, são **especialmente perceptíveis** as variantes lexicais e fonéticas associadas às diferenciações regionais.

⁵ A variante “elemento” é comum na fala de policiais.

É comum, por exemplo, a referência à realização de vogais médias abertas em sílabas pretônicas como um traço linguístico identificador dos falares nordestinos, por oposição à realização da vogal média fechada – comum em outras regiões do Brasil, como São Paulo e Paraná.

[ɛ],[ɔ] x [e],[o]

Veja os exemplos a seguir:

g[ɔ]verno	R[ɛ]lógio	m[ɔ]bília
g[o]verno	R[e]lógio	m[o]bília
[ɔ]tário	m[ɛ]rcearia	d[ɛ]zena
[o]tário	m[e]rcearia	d[e]zena
m[ɔ]torista	s[ɛ]leção	s[ɔ]lução
m[o]torista	s[e]leção	s[o]lução

Outra diferença fonética, sempre observada, diz respeito à realização do fonema /R/ em final de sílaba. Em algumas cidades do interior de São Paulo, por exemplo, é comum o emprego da variante retroflexa, muitas vezes referida como /-r/ caipira. Já o /-r/ aspirado (fricativa velar) é comumente associado ao falar carioca. Na capital paulista, parece haver preferência pelo tepe ou pela vibrante.

Veja algumas realizações dos vocábulos “carta” e “mar” no português brasileiro:

Ca[ʀ]ta	ma[ʀ]
Ca[X]ta	ma[X]
Ca[r̃]ta	ma[r̃]

Quanto à variação lexical, é comum a referência às diferenças no uso de vocábulos do campo semântico da alimentação. Para a distribuição espacial das variantes *mandioca*, *aipim*, *macaxeira* e *coruda*, os dados do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), levando em conta os Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Maranhão e Rondônia, revelam que *mandioca* é a forma preferida pelos brasileiros, exceto no Rio Grande do Sul, onde é comum o uso de *aipim*. Em Rondônia é frequente a variante *macaxeira*, também encontrada em Estados do Nordeste; já a variante *coruda* é uma das formas registradas no Maranhão (AGUILERA, 2000 apud PONTES, 2000).



Nos estudos sobre a variação sintática, uma diferença, sempre retomada, diz respeito à presença/ ausência da marcação de plural no verbo e/ou no nome.

Veja alguns exemplos dessa variação:

<p>a. <i>Eles come o peixe.</i></p> <p>b. <i>Eles comem o peixe.</i></p>	<p>a. <i>Os meninos mais bonito.</i></p> <p>b. <i>Os meninos mais bonitos.</i></p>
<p>a. <i>Nós vai.</i></p> <p>b. <i>Nós vamos.</i></p>	<p>a. <i>A casa com dois quarto.</i></p> <p>b. <i>A casa com dois quartos.</i></p>
<p>a. <i>As carta chegou.</i></p> <p>b. <i>As cartas chegaram.</i></p>	<p>a. <i>Dois carrinho de supermercado.</i></p> <p>b. <i>Dois carrinhos de supermercado.</i></p>

Os exemplos em “b” apresentam concordância de número (verbal e/ ou nominal) e são consideradas corretas por atender às prescrições da gramática tradicional. Já os exemplos em “a”, apesar de sua recorrência nas diversas comunidades linguísticas brasileiras, são considerados incorretos, dada a redução das marcas de plural.

Vários estudos evidenciam os aspectos sociais e linguísticos que condicionam essa redução das marcas de concordância no português brasileiro. Os resultados dessas análises indicam que, entre outros aspectos, a ausência de concordância é tanto mais nítida quanto menor os anos de escolarização do falante (cf. NARO, 1981; SCHERRE & NARO, 1998; entre outros).

Vale ressaltar, entretanto, que escolaridade (ou os anos de escolarização) é apenas uma das variáveis sociais que interferem na produção linguística.

A partir da imagem abaixo, reflita sobre a dinâmica das relações entre língua e sociedade.



Almanaque do Biotônico, 1935, p. 4 (ilustração de J. U. Campos)

Variação linguística e ensino

O ensino de língua na escola muitas vezes se restringe aos preceitos da gramática normativa. Esse é um problema fundamental, já que

o tratamento da língua portuguesa como um todo unívoco e isolado mascara o multilinguismo e propicia a avaliação negativa de nossa diversidade linguística.

É importante observar que a política educacional brasileira reconhece as diferenças culturais e linguísticas como parte da estrutura da língua e da sociedade. Nesse sentido, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) de Língua Portuguesa propõem que:

“

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades.

Embora no Brasil haja relativa unidade lingüística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades lingüísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. Não existem, portanto, variedades fixas [...]. (BRASIL, SEF, 1998, p. 24).

”

Conforme se vê, os PCNs se valem de alguns postulados da Sociolinguística, manifestando-se em defesa do direito linguístico. Nessa direção, o documento reconhece, ainda, que a língua pode funcionar como um marcador de distinção social, implicando discriminações e mesmo fracasso escolar (cf. SOARES, 2000, p. 17).

Numa perspectiva social e política, os PCNs enfatizam que “frente aos fenômenos da variação, não basta somente uma mudança de atitudes; a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística”. (BRASIL, SEF, 1998, p. 81). Esse é um dos nossos maiores desafios!

Texto complementar

A seguir, apresentamos um trecho da obra “O dialeto caipira”, de Amadeu Amaral. Esse texto, publicado em 1920, é um dos primeiros estudos sobre um falar regional brasileiro.

Dialeto Caipira

(AMARAL, 1920, p. 3)

[...]

Fala-se muito num “dialeto brasileiro”, expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados.

Nem se poderão discriminar, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões.

O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou o do Sul. O de São Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se podem distinguir sem grande esforço zonas de diferente matiz dialetal - o Litoral, o chamado “Norte”, o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro.

Seria de se desejar que muitos observadores imparciais, pacientes e metódicos se dedicassem a recolher elementos em cada uma dessas regiões, limitando-se estritamente ao terreno conhecido e banindo por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente. Teríamos assim um grande número de pequenas contribuições, restritas em volume e em pretensão, mas que na sua simplicidade modesta, escorreita e séria prestariam muito maior serviço do que certos trabalhos mais ou menos vastos, que de quando em quando se nos deparam, repositórios incongruentes de fatos recolhidos a todo preço e de generalizações e filiações quase sempre apressadas.

Tais contribuições permitiriam, um dia, o exame comparativo das várias modalidades locais e regionais, ainda que só das mais salientes, e por ele a discriminação dos fenômenos comuns a todas as regiões do país, dos pertencentes a determinadas regiões, e dos privativos de uma ou outra fração territorial. Só então se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros, quantos e quais os subdialetos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um. [...]

Referências

AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**, 1920. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7381. Acessado em 12/01/2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.

BRIGHT, William. Dialeto social e história da linguagem. In FONSECA, Maria Stella Vieira da; NEVES, Moema Facure (Orgs.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. MARCIONILO, Marcos. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

NARO, A. J. (1981). The social and structural dimensions of a syntactic change. **Language**. LSA, 57(1):63-98.

PONTES, Ismael. Atlas linguístico do Brasil (Alib): perspectivas teórico-metodológicas. **Acta Scientiarum** 22 (1):1-6, 2000.

SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In RUFFINO, Giovanni (org.) **Dialettologia, geolinguística, sociolinguística**. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509-523, 1998.

VANDRESEN, Paulino. Introdução. In FONSECA, Maria Stella Vieira da; NEVES, Moema Facure (Orgs.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola: uma perspectiva social**. 17 ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.



AULA 6

Linguagem, poder e preconceito linguístico

Linguagem e poder

Nas últimas aulas, observamos que a Linguística rejeita qualquer esquema social de classificação das línguas. De fato, nesse campo de estudos prevalece o postulado de que não há língua ou variedade dialetal superior ou inferior, já que os diferentes falares são igualmente estruturados, ordenados, complexos e eficazes (POSSENTI, 1996; CAMACHO, 2011).

Contudo, bem sabemos que socialmente as variedades linguísticas sofrem constantes avaliações e classificações e recebem valores desiguais, de acordo com a posição que o falante ocupa na sociedade (cf. BOURDIEU, 2008).

Para compreender melhor essas relações, basta observar as classificações sociais e geográficas que opõem falares rurais e urbanos. Considere as seguintes frases:

F1. Nós percisa curtivá os direito linguístico.

F2. Precisamos cultivar os direitos linguísticos.

Da perspectiva propriamente linguística, as duas frases são equivalentes. Contudo, na interação social, F2 receberia menor valor. Isso ocorre porque – numa sociedade desigual, fortemente hierarquizada – alguns usos linguísticos são estigmatizados. O rotacismo (presença de “r” em lugar de “l”) em “curtivá”, bem como a metátese (inversão no interior da sílaba) em “percisa” manifestam-se como marcas sociográficas que caracterizam a variedade linguística e o falante da zona “rural”. Já a ditongação (inserção de “i”) em “nóis” e a ausência de concórdia nominal em “os direito linguístico” cooperam para sua classificação como “não-culto”.

Conforme observou Boutet (1989, p.113), “a diferenciação social pela linguagem opera ao mesmo tempo no plano da produção dos enunciados e no de seu reconhecimento ou identificação”. Nesse sentido, a língua, assim como qualquer outro produto simbólico, funciona como marcador de distinção entre os diferentes grupos sociais.

Fica em evidência, nesse sentido, a importância social e política da “variedade culta”, isto é, dos usos linguísticos efetivamente empregados pelos falantes com grau superior de escolaridade e/ ou alto grau de letramento, e da chamada norma-padrão – modelo linguístico imposto, mediante um discurso coercitivo, como única língua boa, correta e oficial.

Fazendo prevalecer a noção de erro, a “variedade culta” e, sobretudo, a “norma padrão” cumprem o papel de regular, distinguir e excluir algumas realizações linguísticas. Nessa estrutura, os diferentes usos linguísticos – socialmente classificados – são considerados tanto mais corretos quanto mais alinhados às variedades normatizadas.

O reconhecimento e legitimação de uma única variedade – padrão, “cultura” – como língua correta, em detrimento de todas as outras variedades, contribui para a estratificação social e linguística. Vejamos mais um exemplo:

- a. “A cada **um** minuto, quatro coisas **vendem**”;
- b. A cada minuto, **vendem-se** quatro coisas.
A cada minuto, quatro coisas **são vendidas**.

A frase em “a”, extraída de um anúncio publicitário de grande circulação, apesar de bem aceita entre os falantes, é considerada incorreta, por oposição às frases em “b”, produzidas de acordo com as prescrições da gramática tradicional.

Já observamos que o valor das variedades prestigiadas não é propriamente linguístico, mas advém das relações sociais, que transforma as produções linguísticas em objetos de classificação (cf. BOURDIEU, 2008).

É importante notar que, no caso brasileiro, a imposição do “português padrão” como única língua legítima e oficial tem o efeito de obscurecer o pluralismo linguístico presente em nossa sociedade e também a diversidade que caracteriza o português do Brasil.

Preconceito Linguístico

A variação linguística, conforme acabamos de observar, é constitutiva das línguas naturais. Essa diversidade fundamental é motivada por variáveis intralinguísticas e, também, por variáveis históricas, geográficas, sociais e contextuais. Sob esse aspecto, os diferentes falares se equivalem (cf. POSSENTI, 1996; SOARES, 2000; CAMACHO, 2011; entre outros). Ocorre, entretanto, que, numa sociedade estratificada, é comum atribuir-se mais valor à variedade usada pelas classes sociais privilegiadas, as quais geralmente detêm maior capital cultural e escolar (cf. BOURDIEU, 2008).

Dada a estreita relação entre as práticas linguísticas e a posição social que os sujeitos ocupam nas sociedades, os falantes que empregam as variedades socialmente estigmatizadas muitas vezes se tornam vítimas de preconceito linguístico.

Mas, o que é **preconceito linguístico**? Ora, esse conceito, conforme propõe Marta Scherre (2008, p. 12), pode ser definido como:

“o “julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da fala do outro”.

Todos nós podemos identificar, sem dificuldades, ao menos uma pessoa ou um grupo social que tenha sido mal avaliado, julgado ou discriminado por usar uma variedade regional ou não-padrão. Na verdade, boa parte das piadas admite a discriminação contra falantes de zonas rurais e/ ou não-alfabetizados.

Devemos notar, nesse sentido, a importância da instituição escolar, que age pela apreciação, sanção e legitimação das produções linguísticas (cf. BOURDIEU, 2008). De modo geral, a escola ensina e reproduz a “variedade padrão” e, ainda, ignora, censura e estigmatiza, de forma objetiva ou velada, os usos linguísticos considerados não-padrão.

Conforme discutimos na seção anterior, nas relações de produção linguística o estigma recai não somente nos usos propriamente linguísticos, mas também no sujeito que os emprega. É por isso que essa prática pedagógica conservadora, à medida que sustenta os sistemas de classificação social e linguística, contribui para o fracasso escolar dos sujeitos pertencentes aos grupos sociais menos privilegiados (cf. BOURDIEU, 1975; SOARES, 2000). Dito de outro modo, a ação da escola colabora para o estabelecimento de estreitas associações entre “língua e inteligência/ burrice, competência/ incompetência, beleza/ feiúra; sucesso/ insucesso”, acentuando, assim, as oposições de classe e a desigualdade social” (SCHERRE, 2008, p.88 e 89).

No Brasil, essas associações estão presentes há tempo demais. De fato, no decorrer da história, os usos linguísticos de negros e indígenas, especialmente, e de indivíduos de baixa escolarização, de modo geral, foram definidos como “língua ruim”, “língua errada”, “língua de gente selvagem”, “língua incivilizada”, “língua estropiada” etc., por oposição ao português padrão – correto e oficial.

O preconceito linguístico é, portanto, um problema histórico e só pode ser combatido se, nas práticas de ensino, independentemente da área de conhecimento, levarmos em conta os princípios de classificação social que explicam o prestígio atribuído a determinados traços sociais e linguísticos, em detrimento de outros similares (cf. SOARES, 2000). Dessa perspectiva, conforme propõe Camacho (op. cit, p. 37), a escola deve abandonar o modelo da diferença e adotar uma estratégia mais eficaz para o ensino de língua materna:

“

“Nessa perspectiva, o ensino da variedade-padrão continua a ser um dever da escola e um direito do aluno, mas não precisa ser necessariamente substitutivo e, por isso, não implica a erradicação das variedades não-padrão”.

”



PARA REFLETIR

Leia o texto “O colocador de pronomes”, de Monteiro Lobato, e discuta a importância social da “norma linguística”.

Link: <http://contobrasileiro.com.br/?tag=o-colocador-de-pronomes-monteiro-lobato>

Referências

BAGNO, Marcos. **O preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 54ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas.** São Paulo: Edusp, 2008.

BOUTET, Josiane. A diversidade social do francês. In: Boutet, J.; Vermes, G (org.). **Multilinguismo.** Campinas : Editora da Unicamp, 1989.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica.** Trad. MARCIONILO, Marcos. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CAMACHO, Roberto Gomes. Norma culta e variedades linguísticas (reedição). In: Universidade Estadual Paulista. (Org.). **Caderno de Formação: formação de professores didática dos conteúdos.** V. 3: Conteúdos e Didática de Língua Portuguesa. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, v. 3, p. 34-49.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas: Mercado das Letras, 1996.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle - Variação linguística, mídia e preconceito.** São Paulo: Parábola, 2005. 155p.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola: uma perspectiva social.** 17 ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

